

# Mostra de Iniciação Científica

*Bioeconomia: Diversidade e Riqueza  
para o Desenvolvimento Sustentável*

**mic**

2019

De 2 a 4 de outubro no Campus Senhor do Bonfim

**PIBIC-EM**

## **O perfil dos municípios do Baixo Sul da Bahia sob o aspecto do planejamento urbano, da gestão ambiental e suas relações interinstitucionais**

Wellington Amparo Oliveira<sup>1</sup>

Célia Maria Pedrosa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>IF Baiano/Valença/ leto38adm@gmail.com

<sup>2</sup>IF Baiano/Valença/celia.pedrosa@ifbaiano.edu.br

Este estudo teve como base geográfica o Território de Identidade do Baixo Sul baiano, composto por 15 municípios, cuja criação institucional ocorreu em 2003, tendo um colegiado paritário que atua na esfera das políticas públicas. Embora a Constituição da República não tenha reconhecido institucionalidades governamentais intermunicipais como entes da federação, a legislação estimula diversas formas de cooperação com nesse perfil. Este é o desafio de muitos territórios e o objetivo deste estudo foi verificar aspectos do planejamento urbano e da gestão ambiental dos municípios do Baixo Sul baiano, observando-se a presença relações interinstitucionais. Metodologicamente utilizou-se de dados da Munic/IBGE (2016), documentos legislativos e entrevistas com gestores. No Baixo Sul baiano somente três municípios não possuem plano diretor, embora tenham mais de 20 mil habitantes. São eles: Ibirapitanga, Jaguaripe e Wenceslau Guimarães, sendo que os dois últimos estão em processo de elaboração e Ibirapitanga não possui e não está em fase de elaboração de seu plano. Todavia, os planos encontram-se com mais de dez anos, necessitando de revisão conforme Estatuto da Cidade. Observou-se que a maior parte dos instrumentos de política urbana que está mencionada nos planos, carece de regulamentação, situação que posterga sua aplicabilidade. Quanto à gestão ambiental, destaca-se que 53% dos municípios têm zoneamento ambiental, mas, somente 26,6% deles possuem base cartográfica territorial digitalizada e apenas 20% estão implementando a Agenda 21. Sob o aspecto das relações interinstitucionais, os consórcios públicos de saúde, de assistência e desenvolvimento social são os mais adotados. Os de resíduos sólidos, gestão das águas e transporte aparecem com menor incidência. As conclusões indicam a necessidade de maior integração territorial, sendo que a revisão dos planos diretores pode ser uma boa oportunidade para forjar consórcios públicos e outras articulações territoriais.

**Palavras-Chave:** Consórcios intermunicipais. Meio Ambiente. Planos diretores. Políticas Públicas.